



Oculum Ensaios

ISSN: 1519-7727

sbi.ne_oculumensaios@puc-
campinas.edu.br

Pontifícia Universidade Católica de
Campinas
Brasil

DA SILVA SCHICCHI, MARIA CRISTINA; BAESSO PEREIRA, RENATA
NOTA DO EDITOR

Oculum Ensaios, vol. 14, núm. 2, mayo-agosto, 2017, pp. 177-178

Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Campinas, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=351752733001>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

NOTA DO EDITOR

Desde que a Constituição Brasileira definiu o que constitui o patrimônio cultural, a revisão sobre os conceitos, critérios de identificação e valorização dos bens culturais tem sido objeto de pesquisas científicas em vários campos disciplinares: arquitetura e urbanismo, história, geografia, antropologia, arqueologia, turismo e direito, para citar alguns. Apesar da origem disciplinar, em geral, os estudos voltados ao patrimônio cultural, bem como o enfrentamento dos problemas, na prática, pelos órgãos técnicos, necessitam incorporar contribuições de várias áreas do conhecimento, de forma a contemplar a complexidade das questões que envolvem o seu reconhecimento, valorização e gestão. Tais reflexões e experiências são hoje parâmetros considerados nas políticas públicas e culturais das cidades, nos planos diretores, nos projetos urbanos, nas operações de recuperação e reabilitação de centros e setores urbanos.

A valorização da própria cidade, enquanto produto social e cultural, integrador, portanto, de múltiplas formas de manifestação cultural tanto materiais quanto imateriais, tem levado a que cada vez mais as questões sobre sua preservação sejam objeto de investigações na área do urbanismo, que se valem do amplo conhecimento crítico já produzido, a partir da realização de inventários e outros estudos setoriais, das experiências de atuação em programas de preservação de conjuntos e de gestão em todos os níveis de governo. Em especial, a partir do final dos anos 1990, várias experiências tiveram a cidade e seus bairros como foco de políticas de integração urbana na América Latina e nos países ibéricos, em geral, com grande protagonismo de governos locais ou que exigiram articulação entre diversas instâncias de governo para sua atuação sobre os territórios. Iniciam-se programas de conservação e preservação de espaços públicos, delimitação de zonas de conservação histórica, programas de reabilitação patrimonial para habitação social, isenções/renúncias fiscais e outras formas de compensação, baseadas em direitos constitucionais. Por outro lado, também a visão de conjunto do legado cultural como um recurso econômico foi explorada em programas de recuperação, requalificação e reabilitação de edifícios em áreas preservadas, com grande apelo para a exploração turística e econômica privada.

Reconhece-se neste processo um avanço em relação ao tratamento isolado da preservação dos bens culturais, classificados como históricos ou artísticos e selecionados em gabinetes técnicos de preservação. Contudo, considerando que ainda são poucos os resultados efetivos, do ponto de vista da melhoria da qualidade de vida da maioria da população diretamente afetada, como apontam estudos sobre os processos de valorização econômica e, em alguns casos, de deslocamentos de populações assentadas nas áreas regeneradas, é urgente uma discussão mais ampla sobre alguns insucessos, assim como sobre instrumen-

tos eficazes, mas pouco utilizados, e sobre os múltiplos fenômenos contraditórios que as intervenções urbanas voltadas para a valorização e recuperação do patrimônio provocam, na maioria das vezes, observados apenas por seus resultados visíveis sob o aspecto material.

Há muitas lacunas na divulgação de análises pós-intervenções, de estudos sobre a própria natureza do patrimônio que superem a visão estrita de seu caráter material ou imaterial e que considerem a visão da população envolvida como um dos parâmetros a serem considerados nas políticas de preservação. Desta lacuna não se pode excluir a discussão mais ampla das condições de gestão do patrimônio cultural e de formas mais efetivas de aproximação entre o conhecimento produzido — acadêmico e técnico — e as formas de difusão social.

Em países como Espanha e Portugal, a recuperação do patrimônio cultural e os projetos de intervenção em centros e áreas históricas tornaram-se parte de políticas urbanas apenas depois de concluídos os processos de redemocratização, no final da década de 1970. Uma década mais tarde, o olhar dos países latino-americanos, em suas retomadas de discussão dos problemas urbanos, também coincidentes com a consolidação de processos democráticos ou períodos especiais de planejamento e gestão, volta-se para a intervenção em áreas consolidadas, centrais e periféricas, que demandam novos instrumentos de intervenção, distintos dos que até então haviam sido utilizados para a regulação e ordenamento em novas áreas de extensão urbana. São experiências correlatas, guardadas as diferenças de cada contexto, que podem contribuir mutuamente para a compreensão do estado atual das políticas de preservação nas cidades, que incluem os planos urbanos, as metodologias de intervenção sobre edifícios e conjuntos patrimoniais, além de estratégias de participação dos entes envolvidos na sua utilização e gestão.

Com essas premissas, o nº14 (2) — maio/agosto de 2017 da Revista *Oculum* Ensaios reúne artigos de reconhecidos pesquisadores ibero-americanos da área de preservação e gestão do patrimônio cultural. É a primeira revista de uma série que será publicada anualmente em formato de dossiê, sem prejuízo das submissões de artigos por fluxo contínuo, que continuarão a ser publicados regularmente.

O resultado não poderia ser mais estimulante para a discussão em pauta, começando pelo editorial das pesquisadoras da Universidade de Oriente de Cuba, Milene Soto Suárez e Maria Teresa Muñoz Castillo, que gentilmente aceitaram nosso convite e dos editores associados Aníbal Costa (Universidade de Aveiro), Eduardo Mosquera Adell (Universidade de Sevilha) e Maria Teresa Pérez Cano (Universidade de Sevilha), responsáveis pelo sucesso desta edição.

Portanto, é com satisfação que os convidamos à leitura do DOSSIÊ PATRIMÔNIO CULTURAL IBERO-AMERICANO.

MARIA CRISTINA DA SILVA SCHICCHI | Editora-Chefe

RENATA BAESSO PEREIRA | Editora Associada POSURB PUC-Campinas